

**PROJETO INTEGRADOR ESTADO, SOCIEDADE E CONSTITUIÇÃO: UM  
RELATO DE EXPERIÊNCIAS<sup>1</sup>****Marcelo Loeblein dos Santos<sup>2</sup>  
Joice Graciele Nielsson<sup>3</sup>****INTRODUÇÃO**

Com a reinvenção da Unijuí, em que os cursos de graduação foram desafiados a elaborar currículos inovadores, o Curso de Direito elaborou um novo currículo que foi implementado no primeiro semestre de 2021. Consiste em um currículo diferenciado que busca qualificar ainda mais a formação do acadêmico.

O currículo é dividido em módulos e com a oferta de disciplinas inovadoras, como o Projeto Integrador e a Formação pessoal e profissional, visando preparar o estudante de forma integral para enfrentar os desafios do mundo do trabalho.

O grande diferencial desse novo currículo está no ensino por competências, um currículo com base em competências consiste numa formação que tem como característica a relação entre teoria e a prática, ou seja, o conhecimento é construído em interação com os desafios reais do campo profissional. Assim o estudante terá que ter habilidade de identificar e resolver problemas de sua comunidade a partir do conteúdo estudado, sendo este o objetivo central das disciplinas e, especialmente, do Projeto integrador.

Destaca-se ainda que os cinco Projetos Integradores do Curso de direito buscam habilitar o estudante para o mundo do trabalho, com interação entre teoria e prática, compreendendo as implicações sociais, culturais, econômicas, éticas e morais sobre o fenômeno jurídico, de modo a interagir no processo de construção e renovação do conhecimento e impactar, mediante seu fazer acadêmico, e suas relações pessoais e profissionais, na transformação de sua realidade e da realidade de seu entorno.

---

<sup>1</sup> Prática Pedagógica desenvolvida no Componente curricular Projeto Integrador: Estado, Sociedade e Constituição, junto ao Curso de Direito da unijuí.

<sup>2</sup> Docente do Componente curricular Projeto Integrador: Estado, Sociedade e Constituição. Mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul - UCS. Graduado em Letras e Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI. Professor do Curso de Direito da Unijuí.marcelos@unijui.edu.br

<sup>3</sup> Docente do Componente curricular Projeto Integrador: Estado, Sociedade e Constituição. Doutora em Direito. joice.nielsson@unijui.edu.br.

A partir disso, busca-se fazer um breve relato da experiência dos professores Joice Graciele Nielsson e Marcelo Loeblein dos Santos que trabalharam com o Projeto Integrador: Estado, Sociedade e Constituição, do primeiro módulo do Curso de Direito, trabalhando com as turmas 11 e 12, com cerca de 38 alunos em cada uma das turmas.

### **DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:**

A experiência no componente curricular de o Projeto Integrador: Estado, Sociedade e Constituição, teve sua primeira experiência no primeiro semestre de 2021, com resultados bastante positivos e, aprimorando o trabalho, os professores ministraram os mesmos componentes no primeiro semestre de 2022, junto ao Curso de Direito da Unijuí.

Com a finalidade de buscar desafios para os Projetos Integradores, o primeiro passo foi realizar algumas visitas a órgãos públicos do município de Ijuí, com o qual o Curso de direito está conveniado. A escolha destes órgãos, se deveu à sua atuação estar vinculada com a aprendizagem prevista modularmente, que inclui a compreensão dos Poderes Estatais e das entidades que compõem as Funções Essenciais à Justiça. Inicialmente os Órgãos visitados foram o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Procuradoria municipal e a Câmara de Vereadores. Por meio destas parcerias, os desafios foram postados na Plataforma Sou Mais e, posteriormente foram definidos os grupos e os temas que seriam desenvolvidos por cada um.

Os temas dos Projetos Integradores desenvolvidos no primeiro semestre de 2022 foram: Políticas públicas para idosos: o centro dia municipal como uma alternativa possível para o cuidado e a manutenção do vínculo familiar do idoso no município de Ijuí- RS; A vulnerabilidade social de idosos frente a golpes no âmbito digital; Violência financeira intrafamiliar: a população idosa e a sua (in)compreensão acerca de seus direitos e garantias; aspectos da advocacia em sua divulgação digital; Os limites éticos do marketing jurídico digital na advocacia; Destinação adequada de resíduos da construção civil; Impactos ambientais do destino inapropriado de resíduos sólidos da construção civil; Uma análise quanto a redução e destinação adequada dos resíduos de construção civil; Legislação de aplicativos de transporte de pessoas; Políticas públicas para animais abandonados no município de Catuípe: um estudo a partir da ótica da proteção; Empregando à cidadania; Apenados e o direito de realização de atividades laborais; Apenados no mercado de trabalho em Ijuí; Casa de passagem para mulheres



vítimas de violência em Panambi; Demandas judiciais dos tratamentos oncológicos do rio grande do sul.

Definidas as temáticas a serem pesquisadas foi possível demonstrar a articulação do tema gerador com os conteúdos programáticos dos demais componentes curriculares do Módulo, conferindo maior conexão entre os saberes necessários à formação jurídica, bem como a percepção, pelo acadêmico, do sentido e do alcance da norma jurídica em seu contexto familiar, social e laborativo.

Outro momento importante foi a **definição dos mentores**. Este processo se deu em dois âmbitos: cada grupo contou com um denominado mentor acadêmico, ou seja, uma aluno de Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, encarregado de orientar academicamente na realização de um projeto de pesquisa e acompanhar a aprendizagem metodológica no que concerne às regras da ABNT para trabalhos acadêmicos, especialmente à realização de referencial teórico. Além deste, os grupos foram amparados por mentores externos, ou seja, pessoas da comunidade vinculadas, seja às instituições demandantes, seja à prática cotidiana comum ao tema do projeto. Figuraram como mentores, nesta condição, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, Procuradores Municipais e Estaduais, dentre outros.

A presença dos mentores acadêmicos, especialmente neste Módulo, se justifica na medida em que faz parte do conteúdo programático do Projeto Integrador: Estado, Sociedade e Constituição, o aprendizado do conteúdo de **metodologia da pesquisa, constando entre as competências a serem alcançadas**: Elaborar textos e utilizar outras linguagens comunicacionais, orais e escritas, empregando as normas técnicas da ABNT e utilizando as terminologias e as categorias jurídicas adequadas, a partir da compreensão e aplicação do raciocínio jurídico e crítico. Aliando as aulas de metodologia da pesquisa, os estudantes foram preenchendo a plataforma sou mais, inserindo as informações acerca do Projeto.

### **DISCUSSÃO E RESULTADOS COM REVISÃO DE LITERATURA:**

A partir do ensino por competências, partindo de situações e desafios reais apresentados aos estudantes, buscou-se a solução destes problemas por meio de pesquisas, aliando os conteúdos ministrados no módulo.



Ensinar competências, de acordo com Zabala e Arnau (2010, p. 109), significa “utilizar formas de ensino consistentes para responder a situações, conflitos e problemas próximos da realidade, em um complexo processo de construção pessoal com exercitações de progressiva dificuldade e ajudas contingentes” conforme as características diferenciais dos alunos. Diante disso, propor intervenções na comunidade buscando a solução de um problema real, a partir do diagnóstico, análise, interpretação e compreensão da estrutura e da organização do Estado brasileiro, aplicando os princípios constitucionais que fundamentam e limitam o seu poder, utilizando as habilidades de trabalho em equipe multidisciplinar, de forma crítica e reflexiva consiste em competências desenvolvidas no PI, a partir dos desafios.

Outra questão importante a ser relatada está relacionada ao planejamento, afinal os professores, antes mesmo do início do módulo, já estavam planejando as atividades, buscando desafios e apontando os resultados desejados para os mesmos.

Wiggins e Mctighe (2019), destacam três estágios para o planejamento reverso, quais sejam: identificar os resultados desejados; Determinar evidências aceitáveis e Planejar experiências de aprendizagem e instrução. A partir do planejamento reverso, os professores estabeleceram o que os alunos devem saber, compreender e fazer para ter um bom resultado do PI, ficou estabelecido que deveriam entender as normas da ABNT, elaborando o projeto de Pesquisa e um resumo expandido, conhecer o tema escolhido para a pesquisa e apresentar um resultado a partir do conhecimento jurídico. Neste sentido, **a partir da escolha do desafio, cada grupo passou a estudar a condição jurídica da demanda posta, e possíveis construções de alternativas para a efetivação de políticas públicas que pudessem figurar como possíveis produtos a serem entregues aos demandantes.**

**Os resultados compuseram uma ampla gama de produtos, tais como: projetos de leis entregues ao Poder Legislativo, coleta de dados e construção de diagnóstico de violência doméstica, realização de palestras informativas sobre direitos, .....**

Em relação às evidências a fim de identificar se os estudantes atingiram os resultados desejados, além do projeto e do resumo expandido, já citados, os grupos ainda realizaram uma apresentação dos resultados alcançados, essa apresentação foi para os professores do PI, uma banca composta por dois professores do módulo e com a presença dos demandantes. Com os resultados e as evidências definidas, foram definidas as atividades de ensino, quais as competências, habilidade e atitudes desejadas.



Dentro da experiência vivenciada, merecem destaque a relevância da experiência de planejamento e trabalho conjunto desenvolvido em duas frentes: tanto com todos os professores do módulo, através de reuniões semanais ou quinzenais, quanto, especialmente, com os professores de Projeto Integrador, através de encontros periódicos anteriores e posteriores à cada aula. O planejamento conjunto permitiu uma maior articulação entre os componentes curriculares e os temas do Projeto Integrador, o que permitiu, por sua vez, qualificar a experiência vivenciada.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Considera-se que a experiência vivenciada no Projeto Integrador Estado, Sociedade e Constituição, desenvolvimento no primeiro módulo do Curso de Graduação em Direito desenvolveu-se de modo satisfatório e permitiu o alcance das competências elencadas no Planejamento modular. Destaca-se, neste sentido, do ponto de vista pedagógico: a articulação entre as entidades proponentes e os desafios trabalhados com os temas desenvolvidos nos componentes; a articulação entre o conteúdo teórico apreendido e a construção de soluções jurídicas concretas às demandas apresentadas; o desenvolvimento de aulas a partir da metodologia por projetos. Já do ponto de vista do planejamento, merecem destaque, a partir da experiência vivenciada: a interlocução constante entre os professores do módulo e os professores do Projeto Integrador, que se reuniam sistematicamente para planejar as aulas, objetivando auxiliar os grupos no desenvolvimento do PI, indicando bibliografias e orientando para um bom resultado a ser apresentado aos demandantes.

**Palavras-chave:** Projeto Integrador. Ensino por competências. Desafios. Realidade social.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

WIGGINS Grant. MCTIGHE, Jay. Planejamento para a compreensão: alinhando currículo, avaliação e ensino por meio do planejamento reverso. Porto Alegre: Penso, 2019.

ZABALA, Antoni. ARNAU, Laia. Como aprender e ensinar por competências. Porto Alegre: Artmed, 2010.